

TJMG - Seleção de Estagiários: Graduação em DIREITO, PSICOLOGIA e SERVIÇO SOCIAL.

CADERNO DE QUESTÕES - ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES:

- Ao abrir o caderno, confira as sequências das questões, verificando se o caderno está completo.
- Em caso de dúvidas, solicite a presença do Fiscal de Sala e, se necessária, a presença do Coordenador.
- Deixe sobre a carteira o documento de identidade com foto (não pode ser xerox) e caneta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- O candidato deverá portar somente os objetos citados no item anterior, sendo vedado o uso de líquido corretor de texto, fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapiseira/grafite, borracha e lápis borracha.
- É proibida a comunicação entre os candidatos, bem como utilizar ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer tipo, *tablet*, mp3, bem como a utilização ou o porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné e gorro.
- Será eliminado o candidato que durante a realização das provas fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações.
- Após o início das provas, só poderá sair de sala um candidato de cada vez, para ir ao banheiro ou beber água. O candidato será acompanhado por um fiscal volante.
- Após a devolução da folha de respostas, o candidato deverá se retirar imediatamente do local das provas, não sendo possível a utilização de banheiros ou de bebedouros.
- Coloque todo o material (bolsas, apostilas, celular, relógios e livros) embaixo da cadeira ou em local indicado e verifique se o celular está desligado.
- Após a resolução das questões da prova, transfira as respectivas respostas para a Folha de Respostas, assinalando apenas uma resposta para cada questão.
- A Folha de Respostas deverá ser marcada da seguinte forma: ■
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas ou da Folha de Texto Definitivo, por erro do candidato.
- Assine a Folha de Respostas no local apropriado e não faça qualquer marcação que não seja nas opções de respostas. Não é permitido que o candidato realize anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio, seja no Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI, ou em outros papéis, documentos e partes do corpo.
- As provas terão duração de 4 (quatro) horas, sendo que este intervalo de tempo abrange também a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas e para a Folha de Texto Definitivo da Prova Dissertativa.
- O candidato poderá levar o caderno de questões somente a partir das últimas duas horas destinadas à realização da prova.
- Será obrigatória a permanência dos dois últimos candidatos de cada sala até que o último deles entregue a sua prova.
- NÃO HAVERÁ, EM QUALQUER HIPÓTESE, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS POR ERRO DO CANDIDATO.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

E-MAIL X WHATSAPP

Martha Medeiros



O e-mail está praticamente obsoleto, respira por aparelhos, porém, mesmo dando os últimos suspiros, ainda é utilizado para fins comerciais e profissionais. O e-mail não emite sinal sonoro, não denuncia que a mensagem foi visualizada, não pressiona por uma resposta imediata, ninguém digitando aparece na tela para acelerar batimentos cardíacos, não tem *emojis* decorativos. Quem manda um e-mail pode reler com calma o que escreveu e corrigir seus erros antes de enviar, sem ficar na dependência de um corretor instantâneo e sádico. O e-mail é o último reduto da seriedade. Vale como documento.

Portanto, por seu caráter rijo, não o utilize para pendências emocionais. Usei esse termo quase jurídico, "pendências emocionais", porque hoje acordei muito fina, mas posso trocar por algo mais fácil de entender: "pelo amor de Deus", criatura, não termine relacionamentos por e-mail, nem tente iniciar um. Se for de madrugada, então, é estrago na certa, e ficará ainda mais trágico se você tiver bebido.

Sério? Bebeu todas antes de enviar o e-mail? Acho que vou interromper esta coluna e começar a redigir seu obituário. E-mail não é lugar para ser sincera e confessar para um amigo, e apenas amigo, que você está apaixonada por ele há três anos (você vai ficar esperando mais três anos pela resposta, que não virá).

E-mail não é lugar para lavar roupa suja familiar (você nunca mais será convidado para os churrascos de domingo). E-mail não é lugar para dizer para sua amada que você voltou da Índia a fim de praticar o desapego e por isso acha que o namoro de vocês ficará ainda mais puro e verdadeiro se conseguirem "jejuar" um do outro, ficando sem se ver por um mês (jura que você escreveu isso e enviou? Às quatro da manhã? Você voltou da Índia muito doido, isso sim).

Posso prever a reação da "amada". Ela acordou, abriu a caixa de mensagens, leu a proposta de jejum amoroso e, não menos impulsiva, planejou uma resposta à altura. Escreveu à mão, num papel, antes de digitar. Mostrou para uma colega do trabalho. "Ficou bom?". A colega ainda tentou contemporizar: "Ficou, mas você não quer esperar ele acordar e cair em si?". Ela não esperou.

"Sabe o Gustavo, meu ex-namorado? Ao contrário de você, ele anda com um apetite voraz, e como você deve lembrar, estou com 39 anos e ainda quero ter filhos, então não pretendo esperar sua purificação nem até a hora do almoço. Ao meio-dia ela já estava arrependida de ter colocado o Gustavo no meio, claro. Brigas, só por *WhatsApp*, por favor.

Digam todos os desaforos num diálogo automático, arrependam-se imediatamente, mandem mil coraçõezinhos e, pronto, a coisa fica resolvida em cinco minutos, tipo um tribunal de pequenas causas. E-mail é Suprema Corte, última instância, sem apelação.

Disponível em:

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/opinioao/colunistas/martha-medeiros/noticia/2017/05/e-mail-x-whatsapp-9794348.html> - Acesso em 18 maio 2017 (adaptado)

Vocabulário: *Emoji*: De origem japonesa, composta pela junção dos elementos *e* (imagem) e *moji* (letra), e é considerado um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa.

Sobre o texto I, responda às questões de 1 a 8.

QUESTÃO 01

Marque a opção incorreta. A autora do texto:

- A) Faz uma reflexão impessoal sobre acontecimentos comuns do dia a dia das pessoas.
- B) Não se limita à mera reprodução de fatos, mas vai além, mostrando ângulos não percebidos.
- C) É fragmentária, pois não tem a pretensão de abordar o fato como um todo, mas apenas alguns detalhes significativos.
- D) Possui estilo mais leve e trata de uma questão do cotidiano de algumas pessoas.

QUESTÃO 02

A opção que estabelece uma ideia de condição é:

- A) [...] O e-mail é o último reduto da seriedade. Vale como documento.
- B) [...] Ela acordou, abriu a caixa de mensagens, leu a proposta de jejum amoroso e, não menos impulsiva, planejou uma resposta à altura.
- C) [...] E-mail é Suprema Corte, última instância, sem apelação.
- D) [...] Se for de madrugada, então, é estrago na certa, e ficará ainda mais trágico se você tiver bebido.

QUESTÃO 03

Em relação à estrutura do texto está correta a seguinte afirmativa:

- A) Os parágrafos do texto contêm comentários indevidos, uma vez que possuem articulação sintática e opiniões incoerentes.
- B) Os parágrafos do texto são coesos e coerentes, porque possuem articulação sintática e argumentação adequadas para o assunto em foco.
- C) Os parágrafos do texto contêm informações superficiais, já que possuem articulação sintática inadequada e pouquíssima informação.
- D) Os parágrafos do texto são coesos e coerentes, visto que possuem articulação sintática e progressão textual exageradas.

QUESTÃO 04

O vocábulo em negrito e grifado não foi corretamente interpretado entre os parênteses em:

- A) O e-mail está praticamente **obsoleto**, respira por aparelhos, porém, mesmo dando os últimos suspiros, ainda é utilizado para fins comerciais e profissionais. (ultrapassado; que está distante da moda atual.)
- B) Portanto, por seu caráter **rijo**, não o utilize para pendências emocionais. (caracterizado pela rigidez, pela falta de flexibilidade ou maleabilidade.)
- C) Acho que vou interromper esta coluna e começar a redigir seu **obituário**. (Nota em que se faz saber o nascimento de alguém, às vezes acrescida de seu perfil biográfico.)
- D) A colega ainda tentou **contemporizar**: "Ficou, mas você não quer esperar ele acordar e cair em si?". (Chegar a um acordo por meio de concessões de ambas as partes; ser condescendente; aceitar posições alheias.)

QUESTÃO 05

A alternativa que apresenta uma construção textual no pretérito perfeito do indicativo é:

- A) O e-mail não emite sinal sonoro, não denuncia que a mensagem foi visualizada.
- B) Quem manda um e-mail pode reler com calma o que escreveu e corrigir seus erros antes de enviar.
- C) Brigas, só por WhatsApp, por favor.
- D) Sabe o Gustavo, meu ex-namorado?

QUESTÃO 06

Em "**Ela** acordou, abriu a caixa de mensagens, leu a proposta de jejum amoroso e, não menos impulsiva, planejou uma resposta à altura. Escreveu à mão, num papel, antes de digitar. A palavra em destaque é:

- A) pronome demonstrativo.
- B) pronome pessoal.
- C) pronome possessivo.
- D) pronome indefinido.

QUESTÃO 07

A linguagem usada no Texto é:

- A) extremamente regional.
- B) predominantemente conotativa.
- C) extremamente técnica.
- D) predominantemente denotativa.

QUESTÃO 08

No seguinte trecho:

“E-mail não é lugar para lavar roupa suja familiar (você nunca mais será convidado para os churrascos de domingo). E-mail não é lugar para dizer para sua amada que você voltou da Índia a fim de praticar o desapego e por isso acha que o namoro de vocês ficará ainda mais puro e verdadeiro se conseguirem “jejuar” um do outro, ficando sem se ver por um mês (jura que você escreveu isso e enviou?”

As palavras destacadas são **respectivamente**:

- A) advérbio, verbo e substantivo.
- B) substantivo, adjetivo e advérbio.
- C) verbo, substantivo e adjetivo.
- D) substantivo, verbo e adjetivo.

Agora leia as questões a seguir. Elas NÃO são relativas ao texto anterior.

QUESTÃO 09

Assinale a opção que completa CORRETAMENTE e SEQUENCIALMENTE as lacunas do texto a seguir.

Amarildo tinha um grande desejo na vida: queria ser cantor. Mais do que um desejo, era uma verdadeira _____. Ele era desafinado não tinha a menor noção de ritmo. Porém, não queria admitir isso. Só _____ ao sucesso, ainda que momentâneo.

Sua obstinação levou-o a situações muito _____. Apesar das humilhações e de todas as zombarias, não desistia. Toda semana ia a um certo programa de calouros, famosíssimo em todo o país. Pedia sempre a um senhor que selecionava os candidatos, isto é, as vítimas, para ser incluído na relação dos candidatos que se apresentariam no domingo seguinte. O funcionário dizia:

___ Seu Amarildo, por favor, entenda que o senhor não tem a menor vocação para a música!

Não adiantava. Novamente as situações ridículas, os _____, as risadas nos bastidores, a desculpa de que os jurados – verdadeiros algozes - usavam de extrema _____ na seleção dos calouros. Mesmo com todas as humilhações, ele certamente voltará à emissora. Quer ser cantor de televisão. Talvez nunca irá desistir. (texto adaptado)

- A) obsessão - rigidez – vexames – embaraçosas – visava.
- B) visava – embaraçosas – vexames – obsessão – rigidez.
- C) obsessão – visava – embaraçosas – vexames – rigidez .
- D) obsessão – rigidez – embaraçosas – vexames – visava.

QUESTÃO 10

Sobre variantes linguísticas, marque a opção correta.

- A) A Língua Portuguesa, como qualquer outra língua, é estática e imutável.
- B) Falamos de um modo mais formal quando estamos em situações que exigem o uso da norma coloquial.
- C) A norma gramatical que aprendemos na escola é inútil e é usada em momentos nos quais exige-se somente a língua escrita.
- D) Uma língua não é estática e imutável. Ela apresenta variações regionais, sociais e históricas.

QUESTÃO 11

Marque a opção incorreta em relação às palavras destacadas.

- A) Aquela senhora não possui o menor senso de ridículo.
- B) Vou assistir ao conserto dos cantores de Ópera.
- C) Com base nos resultados deste censo, os ministros poderão traçar as diretrizes de uma política agrária.
- D) O funcionário foi transferido para uma outra seção.

QUESTÃO 12

Apenas uma palavra abaixo está com a grafia incorreta. Marque a opção onde isso acontece.

- A) Macacheira.
- B) Explicação.
- C) Cachimbo.
- D) Flecha.

QUESTÃO 13

Marque a opção em que está faltando um acento gráfico em uma palavra.

- A) Depois do almoço, eles leem jornais e revistas sobre futebol.
- B) A menina ve a flor e tenta apanhá-la, mas sua mãe a impede.
- C) As crianças desta casa gostam muito de suco de caju.
- D) Os deputados creem em uma modificação nos aspectos centrais do documento.

QUESTÃO 14

Leia o enunciado a seguir.

“João conseguiu recuperar todos os seus documentos, contudo alguns deles estavam muito danificados.”

A palavra em destaque estabelece uma:

- A) Coordenação adversativa.
- B) Subordinação concessiva.
- C) Articulação sintática de finalidade.
- D) Subordinação condicional.

QUESTÃO 15

O seguinte enunciado: "A ministra presidente já esclareceu na nota [de sábado] que qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal, de qualquer dos Poderes da República, de seus agentes ou da Procuradoria-Geral da República contra qualquer cidadão brasileiro não será tolerada, por contrariar a Constituição" é:

- A) Uma frase sem verbo.
- B) Um período composto.
- C) Uma oração sem sujeito.
- D) Um período simples.

QUESTÃO 16

Marque a opção na qual o uso da crase é facultativo.

- A) Referiu-se à Maria do Rosário.
- B) Voltamos à terra de nossos avós.
- C) Sou contrário àquela ideia.
- D) Cheguei à escola.

QUESTÃO 17

Marque a opção na qual a explicação sobre o uso da vírgula está incorreta. A vírgula é usada para:

- A) Separar o aposto. Exemplo: O senhor José Maurício de Oliveira, deputado federal, não apareceu em plenário.
- B) Separar o vocativo: Exemplo: - Quer um suco, senhor?
- C) Separar os termos de uma enumeração, quando eles possuem diferentes funções sintáticas. Exemplo: A moça era bela, inteligente, alta e sorridente
- D) Separar adjuntos adverbiais que aparecem no início ou no meio de orações. Exemplo: Sem dúvida, a posição do governo é muito delicada neste momento.

QUESTÃO 18

Em relação ao grau comparativo do adjetivo, a única opção correta é:

- A) Comparativo de igualdade: Mário é mais inteligente que Eduardo.
- B) Comparativo de superioridade: Mário é tão inteligente quanto Eduardo.
- C) Comparativo de maioridade: Mário é muito mais inteligente que Eduardo.
- D) Comparativo de inferioridade: Mário é menos inteligente que Eduardo.

QUESTÃO 19

Sobre regência verbal marque a opção incorreta:

- A) O verbo **atender** é transitivo direto no sentido de acolher. Exemplo: Ele atendeu o cliente.
- B) O verbo **constituir** é intransitivo direto no sentido de organizar, formar ou nomear, eleger. Exemplo: Esses rapazes constituem equipe de vôlei da escola.
- C) O verbo **esquecer** admite duas regências, podendo ser transitivo direto ou indireto. Exemplos: Esqueci o endereço da fábrica. (transitivo direto). Esqueci-me do endereço da fábrica. (transitivo indireto).
- D) O verbo **informar** é transitivo direto e indireto, no sentido de dar esclarecimento. Exemplos: Informo aos clientes do restaurante que não haverá expediente aos domingos. Informo os clientes do fechamento da loja aos sábados.

QUESTÃO 20

Marque a opção na qual os exemplos de tipos de advérbio estão incorretos.

- A) Exemplos de advérbios de tempo: antes, agora, depois, ontem, amanhã, nunca.
- B) Exemplos de advérbios de modo: alegremente, suavemente, certamente, depressa, rapidamente.
- C) Exemplos de advérbios de lugar: aqui, ali, lá, dentro, fora, abaixo, acima, longe.
- D) Exemplos de advérbios de intensidade: talvez, quiçá, possivelmente, porventura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

André por iniciativa própria, eis que perdeu seu emprego de gerente da empresa onde trabalhava, resolve abrir um comércio especializado na venda e instalação de equipamentos de som em veículos importados. Antes de iniciar as atividades comerciais, conhecedor de suas responsabilidades que terá para os futuros consumidores, procura um escritório de advocacia para montar um contrato padrão, com objetivo de reger os futuros negócios que vierem a ser realizados, do qual os constará assinaturas dos consumidores. Como se trata de contrato de adesão, terá validade as cláusulas contratuais que, redigida de forma compreensiva, clara e em destaque, contando, ainda, com expressa manifestação do consumidor, vier a assentar que:

- A) André só poderá ser responsável se porventura ocorrer distorção de quaisquer produtos e se a distorção for identificada no fase da instalação do produto.
- B) Nos contratos que o valor da negociação for total superior a R\$15.000,00 (quinze mil reais), havendo qualquer cizânia, somente poderá ser resolvido fora do Poder Judiciário em que um ou mais árbitros emitem decisões com força de sentença judicial, conforme Lei nº 9.307/96.
- C) A obrigação de reparar o os danos sofridos por consumidores compreende àqueles decorrentes de instalação inadequada dos equipamentos, não alcançando quaisquer outros.
- D) André, em caso de deformidade de qualquer produto, terá o prazo de noventa dias para providenciar o conserto, só se submetendo à sua substituição ou à restituição do preço se a deformidade não puder ser reparado nesse intervalo de tempo.

QUESTÃO 22

O senhor Walker adquiriu uma motocicleta da marca AHAMAY de alto luxo na sociedade empresária HORIZONTE E LIBERDADE LTDA., tendo a motocicleta vindo com defeito no sistema operacional de embreagem. Ainda, verificou-se que o vício adveio da fábrica e não havia possibilidade de ser corrigida a falha, diante da sofisticação do sistema eletrônico interligado na motocicleta. De acordo com a premissa do Código de Defesa do Consumidor, o senhor Walker deverá receber:

- A) Outro bem da mesma marca equivalente e em condições de uso.
- B) Poderá receber o valor dúplice anteriormente adimplindo.
- C) Outro bem superior em qualidade e valor ao adquirido.
- D) Outro bem, porém inferior na qualidade e no valor com quitação total do preço.

QUESTÃO 23

Nilda comprou um liquidificador da marca "Bate Tudo", empresa conhecida e em ascendência no mercado de eletrodomésticos, na loja e distribuidora exclusiva da marca, em Vasinho, cidade que mantém residência e domicílio. Ao chegar em casa, quando Nilda foi usar o liquidificador para bater vitamina de abacate, seguindo rigorosamente o que constava no manual de instrução, uma lâmina inesperadamente se soltou e ocasionou um profundo corte em parte de sua face, situada logo acima da cavidade ocular. Diante da situação hipotética descrita, é correto afirmar que Nilda terá:

- A) Prazo improrrogável de noventa dias para reclamar do produto diretamente para o fabricante da marca "Bate Tudo", do liquidificador, por ser aplicado ao caso a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.
- B) Prazo taxativo de cinco anos para reclamar do produto, tanto para a loja e distribuidora exclusiva, quanto para o fabricante da marca "Bate Tudo", por se aplicar ao caso a responsabilidade subjetiva pelo fato do produto.
- C) Prazo restritivo de sete dias para reclamar diante do fabricante da marca "Bate Tudo", por ser aplicado ao caso em comento a responsabilidade objetiva pelo vício do produto.
- D) Prazo de cinco anos para reclamar perante o fabricante da marca "Bate Tudo" por ser aplicado ao caso em discussão a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.

QUESTÃO 24

No âmbito dos Juizados Especiais, regido pela Lei 9.099/95, contra sentença ou acórdão é cabível interposição dos embargos de declaração, conforme disposto no art. 48. *"Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil"*. A interposição dos embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais, tem por finalidade:

- A) Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o órgão jurisdicional de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material e sanar dúvida na decisão, havendo a interrupção do prazo para interposição de novo recurso, interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão.
- B) Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o órgão jurisdicional de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material, havendo a suspensão do prazo para interposição de novo recurso, interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.
- C) Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, para suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o órgão jurisdicional de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material, havendo a interrupção do prazo para interposição de novo recurso, interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.
- D) O novo CPC/2015 elimina essa desarmonia legislativa, posicionado em seu art. 1.064, alteração no art. 48 da Lei, 9.099/1995, que os embargos de declaração, nos Juizados Especiais, passam a ser regidos pelo disposto no art. 1.022, do CPC/2015. A atecnia foi corrigida, embora, no âmbito dos Juizados Especiais, tenha permanecido a referência ao cabimento de embargos de declaração na hipótese de dúvidas na sentença ou acórdão.

QUESTÃO 25

Letícia ajuizou ação por danos morais e materiais em desfavor da Loja "Doces Maravilhas", quando da aquisição de duzentos embalagens de brigadeiros para festa de aniversário de sua filha Laura, que vieram com pequenas manchas de bolor, não sendo viável ao consumo. Ao procurar a gerência da Loja "Doces Maravilhas", não trocaram os produtos, alegando que Letícia não procedeu corretamente ao seu armazenamento. A ação tramitou perante o juízo da 89ª Vara do Juizado Especial da Capital, sendo ao final julgado improcedente os pedidos. Passado um ano após o trânsito em julgado da sentença, Letícia foi informada que o juiz que proferiu a sentença seria impedido, eis que o sócio da Loja "Doces Maravilhas", o senhor Fernando, é irmão de sua esposa, sendo parente do magistrado em linha colateral. Nesse caso é cabível Letícia:

- A) Interpor ação rescisória da decisão de mérito, transitada em julgado, quando for proferida por juiz impedido, conforme determina o art. 966, II, cumulado com o art. 144, IV, ambos do CPC, perante o Tribunal de Justiça *ad quem*.
- B) Interpor ação rescisória da decisão de mérito, transitada em julgado, quando for proferida por juiz impedido, conforme determina o art. 966, II, cumulado com o art. 144, IV, ambos do CPC, perante o a Turma Recursal do Juizado Especial.
- C) É cabível Letícia ajuizar nova ação por danos morais e materiais em desfavor da Loja "Doces Maravilhas", eis que não transita em julgado, com decisão de mérito, no âmbito dos Juizados Especiais, quando da sentença ou acórdão proferido por juiz impedido, conforme o caso em tela.
- D) Não se admite a ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Havendo vício ou irregularidade que se encaixe em uma das hipóteses de rescindibilidade, sana-se com o trânsito em julgado, não sendo cabível a ação rescisória elencada no art. 966, do CPC.

QUESTÃO 26

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania serão instalados nas comarcas do Estado de Minas Gerais, mediante Portaria-Conjunta do Presidente e do Terceiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral de Justiça. É correto afirmar que os Centros Judiciários serão integrados por:

- A) Setor pré-processual de solução de conflitos, com a atribuição de realizar audiências de conciliação e de mediação processuais.
- B) Setor de cidadania, com atribuição de atender e orientar o cidadão.
- C) Setor de arquivamento, com a atribuição de arquivar processos finalizados.
- D) Setor processual de solução de conflitos, com a atribuição de organizar o funcionamento do Centro Judiciário.

QUESTÃO 27

O indeferimento da petição inicial somente ocorre no início do processo: só há impedimento liminar antes da ouvida do réu. Após a citação, o juiz não mais poderá indeferir a petição inicial, de resto já admitida, devendo, se vier a acolher alguma alegação do réu, extinguir o feito por outro motivo. A inépcia, poderá ser reconhecida a qualquer tempo, mesmo após a contestação, mas, nesse caso, não implicará indeferimento da petição, e, sim, extinção do processo sem análise de mérito (art. 485, IV, CPC). Contudo, o indeferimento pode ser uma decisão interlocutória, uma decisão de relator, um acórdão e, também, uma sentença, só se configurando como tal se tratar de indeferimento total da petição inicial feito por juízo singular. Com base nisso, pode-se estabelecer o sistema recursal da decisão que indefere a petição inicial:

- A) Se tratar de um indeferimento parcial feito por juízo singular (decisão interlocutória), o recurso cabível é agravo de instrumento (art. 354, par. ún., CPC) e se tratar de indeferimento total ou parcial feito por decisão do relator, caberá agravo interno.
- B) Se tratar de indeferimento total feito por juízo singular, será cabível Embargos de Divergência.
- C) Se tratar de um indeferimento parcial feito por juízo singular (decisão interlocutória), o recurso cabível é apelação.
- D) Contra indeferimento total ou parcial feito por acórdão, caberão, conforme o caso, apelação, agravo, recurso ordinário constitucional, recurso especial ou recurso extraordinário.

QUESTÃO 28

O inciso IX do art. 485, do CPC, diz que o processo será extinto, sem exame de mérito, em caso de óbito da parte, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal. O CPC-2015 corrige imprecisão do CPC-1973, que, no dispositivo correspondente (art. 267, IX), determinava a extinção do processo no caso de a ação ser intransmissível, quando, de fato, o que autoriza a extinção do processo é a morte do autor conjugada com a intransmissibilidade do direito litigioso. Há direitos que são intransmissíveis de forma absoluta:

- A) O direito de ação por dano moral é de natureza patrimonial e, como tal, transmite-se aos sucessores da vítima, porém, nunca aos herdeiros colaterais, quando na linha sucessória não há herdeiros necessários.
- B) O falecimento do autor na execução de cobrança contra devedor põe termo a execução, eis que o crédito do exequendo não transmite ao herdeiros.
- C) O falecimento de um dos cônjuges põe termo à ação de divórcio, eis que essa parcela da demanda é intransmissível. Se a demanda contiver parte transmissível e parte intransmissíveis, nada impede que prossiga em relação àquela parcela, com habilitação dos herdeiros.
- D) O óbito do titular inibe o ajuizamento da ação ainda não aforada, mas não obsta o prosseguimento da que já propusera, no que tange aos direitos intransmissíveis.

QUESTÃO 29

Rute possui 17 anos e passará a exercer emprego público efetivo a partir do mês que vem. Considerando que Rute completará 18 anos no dia 1 de agosto de 2017 e que está com casamento marcado com Adalberto para o dia 21 de Dezembro de 2017, neste caso, de acordo com o Código Civil Brasileiro, sua incapacidade civil cessará

- A) Quando da celebração do casamento civil, desde que acompanhado com o pacto antenupcial.
- B) Apenas quando ela completar 18 anos, premissa do Código Civil Brasileiro que a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da civil.
- C) Pelo exercício de emprego público efetivo.
- D) Com a autorização judicial necessária para o seu casamento acompanhado da habilitação no cartório, e desde que realizado no prazo de 90 dias.

QUESTÃO 30

O pai de Sávio, Victor, é militar da marinha; o tio de Sávio, André, é marítimo; por sua vez, sua genitora, Elisa, é doméstica sendo que hodiernamente está encarcerada na penitência "Ladinha" pela prática de crime de tráfico de drogas. Por sua vez, Sávio é empregado do Partido Político "Passarinho Verde" nas funções corriqueiras abrangentes com a sua formação acadêmica do curso de bacharel completo. Nestes casos hipotéticos, analisando esta família sob os dados fornecidos, permissivo com o Código Civil Brasileiro, possuem domicílio necessário

- A) Victor, André e Elisa, apenas.
- B) Sávio, Victor, André e Elisa.
- C) Victor e Elisa, apenas.
- D) André e Elisa, apenas.

QUESTÃO 31

Phillipi adquiriu de Gledson celulares falsificadas e adulteradas, combinando adimplir por eles quando da efetiva entrega, que, se não efetivada na data conciliada, daria ao adquirente Phillipi pleno direito a postular cumprimento forçado da obrigação. Nesse interregno, em não tendo havido a efetiva entrega dos referidos celulares, Phillipi ajuizou perante o juízo competente ação contra Gledson, que, em sua contestação, não suscitou ser ilegal o negócio, confessou a obrigação e dispôs-se a cumpri-la espontaneamente. O cumprimento da obrigação

- A) Nesse caso em debate, não poderá ocorrer, devendo o juiz declarar, de ofício, a nulidade do negócio.
- B) Nesse caso, mesmo se tratando de celulares falsificados deverá ocorrer, tendo em vista que os negócios jurídicos anuláveis são passíveis de convalidação, ainda que tácita.
- C) Nesse caso em debate, deverá ocorrer, tendo em vista que os negócios jurídicos mesmo anuláveis são passíveis de convalidação, desde que expressa.
- D) Nesse caso em debate, não poderá ocorrer, devendo o juiz declarar, de ofício, a nulidade do negócio, salvo se, quando do ajuizamento da ação, já houver transcorrido prazo de 4 anos.

QUESTÃO 32

Sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública, a Lei nº 12.153/2009 dispõe que

- A) São processadas no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública as execuções fiscais de até sessenta salários mínimos e as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- B) Podem ser parte, no Juizado Especial da Fazenda pública, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, e, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
- C) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de 60 (sessenta) salários mínimo.
- D) O procurador da Fazenda Pública possui prazo diferenciado para a prática dos atos processuais no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal de 1988 afirma que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Sobre o assunto, assinale a alternativa incorreta:

- A) Conforme Alexandre de Moraes, provas ilegais são o gênero, que inclui as espécies de provas ilícitas e provas ilegítimas; a primeira é obtida com infringência ao direito material e a segunda é a obtida em afronta ao direito processual.
- B) A simples presença de prova ilícita nos autos não invalida, necessariamente, o processo, se existirem nele outras provas lícitas e autônomas.
- C) A prova ilícita originária contamina todas as demais provas obtidas a partir dela; todas as provas decorrentes da ilícita são também ilícitas.
- D) É ilícita a prova obtida por meio de gravação de conversa própria, feita por um dos interlocutores, se quem está gravando está sendo vítima de proposta criminoso do outro.

QUESTÃO 34

Em relação aos atos administrativos, é correto afirmar que:

- A) Ato complexo é aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação a de outro.
- B) Ato pendente é aquele que não está apto a produzir efeitos jurídicos, porque não completou o seu ciclo de formação.
- C) Ato constitutivo é aquele pelo qual a Administração cria, modifica ou extingue um direito ou uma situação do administrado, tal como a permissão.
- D) Convalidação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de conveniência e oportunidade.

QUESTÃO 35

A pena pode ser conceituada como uma resposta que a sociedade aplica ao indivíduo que transgrida a ordem jurídico-penal, e consiste na privação ou restrição de um bem jurídico do condenado, de forma a castigá-lo e reeducá-lo.

São espécies de penas, exceto:

- A) Privativa de liberdade.
- B) Individualização da pena.
- C) Restritiva de direitos.
- D) Multa.

QUESTÃO 36

De acordo com o disposto na Lei Complementar Estadual 59/01, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

II. A jurisdição de primeiro grau é exercida por Juiz de Direito, Tribunal do Júri e Juizados Especiais.

III. O acesso ao cargo de Desembargador dar-se-á mediante promoção por eleição e por merecimento, alternadamente, apurados entre os Juízes de Direito integrantes da entrância especial.

A) Apenas I está correta.

B) Apenas II e III estão corretas.

C) Apenas I e II estão corretas.

D) I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 37

Compõem a organização do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais os grupos de câmaras criminais, sobre os quais é correto afirmar que:

A) São constituídos pelos treze desembargadores mais antigos e por doze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.

B) São integrados pelos membros das câmaras criminais e sob a presidência do desembargador mais antigo entre seus componentes.

C) São compostos do Presidente, que o presidirá, dos Vice-Presidentes e do Corregedor-Geral de Justiça, que são membros natos.

D) São compostos pelo Presidente do Tribunal, que a presidirá, pelo Segundo Vice-Presidente do Tribunal e por até seis desembargadores designados pelo Presidente.

QUESTÃO 38

Os tribunais tiveram de criar Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos) de acordo com a Resolução 125/10 do CNJ, que apresentam a seguinte atribuição, entre outras:

A) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas do Estado.

B) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral de Justiça antes do término de seu mandato.

C) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, nos moldes da Resolução 125/10.

D) Propor ao Tribunal a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins da Resolução 125/10.

QUESTÃO 39

Acerca do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, assinale a alternativa incorreta de acordo com a Resolução 661/11 do TJMG:

A) As reuniões do Núcleo serão secretariadas por um dos servidores dele integrantes, indicado Presidente.

B) Compete ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos regulamentar, se for o caso, a remuneração de conciliadores e mediadores, nos termos da legislação específica.

C) O Núcleo se reunirá sempre que necessário, por convocação de seu Coordenador, sendo que os Magistrados têm direito a voz e voto e os servidores, apenas a voz.

D) O Núcleo será constituído também por titular da Assessoria de Gestão de Inovação (AGIN).

QUESTÃO 40

João, juiz de direito, casado pelo regime universal de bens com Cynthia desde 2015. Cynthia antes de casar com João, teve uma filha de um relacionamento amoroso com Douglas de nome Roberta Juliana, hodierno, empresária do ramo de lanchonete e café expresso no bairro Savassi em Belo Horizonte. No ano de 2014, em razão da precária economia do País, Roberta Juliana foi obrigada a levantar empréstimos junto ao BANCO SOL, na monta de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para adimplir as dívidas da Lanchonete, O PONTO CERTO DO CAFÉ. Por não cumprimento da obrigação do contrato de empréstimo, o BANCO SOL ajuizou ação de cobrança, distribuída junto a 64ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, sendo João o juiz titular da referida Vara Cível.

A) Há suspeição do juiz, quando qualquer das partes for credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta e afim até quarto grau, inclusive, sendo o caso em tela de suspeição, por Roberta Juliana ser parente do magistrado por João em linha reta por afinidade.

B) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando for sócio ou membro de direção ou administração de pessoa jurídica parte no processo, parente de até quarto grau.

C) No caso hipotético, de acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro, João não ficará nem impedido e nem suspeito de exercer suas funções de juiz no processo contencioso, tendo como parte Roberta Juliana.

D) Segundo o CPC/2015, art.145, João dará como suspeito, eis que Roberta Juliana é devedora do Banco Sol, e, por sua vez, Roberta Juliana é filha de Cynthia, atual esposa de João, havendo parentesco em primeiro grau com sua esposa.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NA COMARCA DE BELO HORIZONTE, INCLUÍDOS OS JUIZADOS ESPECIAIS

PROVA DISSERTATIVA – PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 01/2017

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado;
2. A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção;
3. A Prova Dissertativa deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
4. Não será corrigida a prova dissertativa que:
 - a) estiver escrita a lápis;
 - b) não observar as orientações presentes no caderno de questões;
 - c) contiver identificação fora do local apropriado;
 - d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
 - e) estiver em branco;
 - f) não abordar o tema proposto.

Tema: “Caminhos para Combater a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil”

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO 1

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
Acesso em: 27 junho 2017. (fragmento)

TEXTO 2

Com quatro casos de exploração sexual de crianças por hora, Brasil debate prevenção

Por Sarah Fernandes- Publicado em 22/05/2017

Sustentando um dos primeiros lugares no ranking internacional de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, o Brasil precisa de políticas urgentes de prevenção para combater o problema, que vitima a infância e deixa graves marcas na vida adulta. Essas ações passam por educação sexual nas escolas e quebras de tabus dentro das famílias para conversas abertas sobre sexualidade, defendem especialistas.

A temática ganhou espaço, quando se marcou o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a partir da aprovação da Lei Federal 9.970/2000. Nessa data, em 1973, uma menina de 8 anos foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo. Seu corpo apareceu seis dias depois, carbonizado. Os agressores, jovens de classe média alta, nunca foram punidos.

"É necessário criar uma rede de educação para prevenção, mas hoje se vê pouquíssimos trabalhos para prevenir violência sexual contra crianças e adolescentes. Passa pela escola, mas também é um trabalho global nos espaços que a criança frequenta, como a igreja, o clube e as famílias. Eles precisam estar integrados trabalhando sexualidade com as crianças", defende o gerente da organização não-governamental *Childhood* Brasil, Itamar Gonçalves.

Fonte: Disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/com-quatro-casos-de-exploracao-sexual-de-criancas-por-hora-brasil-debate-prevencao>
Acesso em: 28 junho 2017 (fragmento adaptado)

TEXTO 3

Diferença entre Abuso e Exploração Sexual

O abuso sexual envolve contato sexual entre uma criança ou adolescente e um adulto ou pessoa significativamente mais velha e poderosa. As crianças, pelo seu estágio de desenvolvimento, não são capazes de entender o contato sexual ou resistir a ele, e podem ser psicológica ou socialmente dependentes do ofensor. O abuso acontece quando o adulto utiliza o corpo de uma criança ou adolescente para sua satisfação sexual. Já a exploração sexual é quando se paga para ter sexo com a pessoa de idade inferior a 18 anos. As duas situações são crimes de violência sexual.

Fonte: Disponível em:

<http://www.acolhida.org.br/18-de-maio-dia-nacional-de-combate-a-exploracao-sexual-de-criancas/>
Acesso em: 29 junho 2017 (fragmento)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos prévios adquiridos ao longo de sua formação redija um texto **dissertativo** com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Ele tem de ser escrito em modalidade escrita formal da Língua Portuguesa sobre o tema: **“Caminhos para Combater a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil”**.

Atenção:

- a) apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos;
- b) selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	